



CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE "HOUSING", "HOSTING"
E OUTROS COMPLEMENTARES, EM DATACENTER

CADERNO DE ENCARGOS

Proc. N.º 1377/DCP/2024

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato	5
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário	5
Cláusula 4.ª - Prestação de serviços	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais	6
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços	6
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário	7
Cláusula 8ª - Responsabilidade	7
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo	8
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais	8
Cláusula 11ª -Gestor do Contrato	8
Cláusula 12ª - Preço contratual	8
Cláusula 13ª - Preço base.....	8
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	9
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	9
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	9
Cláusula 16ª - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	11
Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário	12
Cláusula 19ª - Força maior	13

Capítulo IV - Resolução de litígios	13
Cláusula 20ª - Foro competente	13
Capítulo V - Disposições finais.....	13
Cláusula 21ª – Caução e Seguros	14
Cláusula 22ª - Publicidade	14
Cláusula 23ª - Comunicações e notificações	14
Cláusula 24ª - Contagem dos prazos	14
Cláusula 25ª - Legislação aplicável	14
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	14
Cláusula 26ª – Especificações técnicas	15

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a Aquisição de serviços de "housing", "hosting" e outros complementares, em Datacenter de Prestador Nacional.

Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.
3. Para efeitos da autorização prevista no número 1:
 - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
4. Nos casos de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.
5. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato

- 1.** O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:
 - a) Pelas cláusulas dele constantes;
 - b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;
 - c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.
- 2.** O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada e anexos;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Cláusula 4.ª - Prestação de serviços

- 1.** O adjudicatário como cocontratante, obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
- 2.** O adjudicatário como cocontratante, obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no n.º 13 do artigo 42.º do mesmo código.
- 3.** A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo Cocontratante que não apresentem a qualidade e as características técnicas exigidas.

Cláusula 5ª – Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;
- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;
- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços

- 1. O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência após o envio da requisição/compromisso pela Câmara Municipal de Cascais, sendo que os serviços a adjudicar têm de estar operacionais, impreterivelmente, no dia **15 de maio de 2025**, de modo a não pôr em causa a operacionalidade dos serviços da Entidade Adjudicante.
- 2. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, com possibilidade de prorrogação pelo período de 6 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
- 3. O contrato, caso não seja prorrogado, cessa automaticamente quando forem faturados os valores constantes da proposta adjudicada para 12 meses, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (DSSM) através do gestor do contrato conforme cláusula 11.ª deste caderno.
2. Ao gestor do contrato da CMC, caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

Cláusula 8ª - Responsabilidade

1. O Cocontratante assume integral responsabilidade pela prestação dos serviços contratados, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento dos mesmos.
2. O Cocontratante responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação dos serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de informação e/ou dados fornecidos por escrito pela CMC.
3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, cocontratante obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Cocontratante no que se refere à prestação do serviço. Estas ações poderão ser solicitadas sempre que a CMC entenda como necessárias, com um prazo de antecedência de 3 dias úteis.

Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais

Cláusula 11ª - Gestor do Contrato

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

Cláusula 12ª - Preço contratual

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
 - b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
 - d) Encargos com telecomunicações e correios;
 - e) Tradução de documentos;
 - f) Reprodução de documentos;
 - g) Equipamento e consumíveis de escritório.
4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 13ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade da prestação dos serviços é de **745.200,00 €** (setecentos e quarenta e cinco mil e duzentos euros), a que corresponde o valor mensal máximo de 41.400,00 € (quarenta e um mil e quatrocentos euros)
2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.

3. O preço base atrás mencionado foi definido tendo em conta consulta preliminar ao mercado e contratos anteriores ajustados.

Cláusula 14ª - Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 30 dias após a entrega mensal das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.
2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.
3. Podem ser propostos pagamentos parcelares, não havendo, contudo, lugar a adiantamentos, conforme resulta da cláusula 15.ª do presente caderno encargos.

Cláusula 15ª - Adiantamentos

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16ª - Penalidades contratuais

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do mesmo, a Entidade Adjudicante pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária ou uma redução sobre a mensalidade do serviço, de acordo com o seguinte:
 - a) Sempre que existir incumprimento na qualidade dos níveis de serviço para a gestão da solução será aplicada diretamente no valor da fatura relativa ao mês subsequente ao incumprimento a penalidade respetiva e de acordo com os seguintes critérios:
 - i. Resposta a eventos com alerta até uma hora após a ocorrência da falha: 0%
 - ii. Resposta a eventos com alerta após uma hora e um minuto e até duas horas após a ocorrência da falha: 5%

- iii. Resposta a eventos com alerta após duas horas e um minuto e até três horas após a ocorrência da falha: 7,5%
 - iv. Resposta a eventos com alerta após três horas e um minuto após a ocorrência da falha: 10%
- b) Sempre que existir incumprimento na disponibilidade dos serviços nas plataformas e soluções propostas, por quebras/interrupções ou falhas dos mesmos, será aplicada diretamente na fatura relativa ao mês subsequente ao incumprimento a penalidade respetiva e de acordo com os seguintes critérios/indicadores:
- i. Taxa de sucesso/disponibilidade de 99,95% ou maior: 0%
 - ii. Taxa de sucesso/disponibilidade de 99,80% ou 99,94%: 5%
 - iii. Taxa de sucesso/disponibilidade de 99,50% ou 99,79%: 7,5%
 - iv. Taxa de sucesso/disponibilidade menor que 99,49%: 10%

NOTA: Os Níveis de Serviços e os Indicadores de Desempenho, referidos nas alíneas a) e b) supra, serão aferidos pelo Gestor de Contrato da CMC, através da receção de relatórios mensais (enviados pelo Cocontratante), ou em reuniões solicitadas ao Cocontratante, presenciais/remotas, a ter com o Gestor de Serviço do Cocontratante.

Mensalmente e nas reuniões o Cocontratante é obrigado à apresentação dos relatórios do serviço prestado, que deve conter os Níveis de Serviço e os Indicadores atuais e o histórico desde o início do serviço. O formato dos relatórios deverá ser proposto e apresentado como anexo na proposta dos concorrentes. Indica-se que estes relatórios deverão ter no mínimo os seguintes campos:

Para a Gestão da Solução:

- Data início
- Data fecho
- ID único do evento/ocorrência
- Local
- Acesso/Circuito/Equipamento
- Descrição do evento/ocorrência
- Fecho e responsabilidade
- Tempo alocado ao adjudicatário
- Objetivo disponibilidade
- Valor verificado (%)
- Compensação (%)

Para a disponibilidade do Serviço:

- Tipologia serviço
 - Local
 - Equipamento / acesso
 - No caso de acessos / circuitos, deve ser indicado o valor médio de *delay* e *jitter*, em milissegundos
 - Objetivo disponibilidade
 - Valor verificado (%)
 - Compensação (%)
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
 3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.
 5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
 6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
 7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 19ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 20ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 21ª – Caução e Seguros

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

Cláusula 23ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

Cláusula 24ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26ª – Especificações técnicas

Pretende-se uma solução com os seguintes requisitos:

- a) Alojamento de equipamentos, serviços e dados, num centro de dados externo à CMC, em modelo *“housing”*, aluguer (de espaço, energia, interligações e equipamentos passivos Bastidores);
- b) Disponibilização/aluguer de infraestrutura de virtualização em modelo *“Hosting”*, onde a equipa da CMC possa gerir e operar as plataformas de processamento e de armazenamento virtuais, de forma dinâmica consoante as suas necessidades e dentro dos limites contratados;
- c) Inclusão de Comunicações, Networking (LAN) e interligações;
- d) Inclusão de solução de Segurança de todas as plataformas da CMC alojadas pelo Cocontratante no Datacenter objeto deste procedimento;
- e) Inclusão de Backups das soluções virtualizadas em modelo *“Snapshots”*;
- f) Inclusão do licenciamento Microsoft, para os Sistemas Operativos dos sistemas indicados, desde que estes sejam Windows;
- g) Inclusão de Acessos à Internet;
- h) Inclusão de gestão de DNS público;
- i) Inclusão de Endereçamento IP público;
- j) Inclusão de Serviços de gestão dos recursos e de suporte e manutenção às plataformas base, disponibilizadas nos pontos anteriores a) a i);
- k) Inclusão de Migração de recursos e máquinas virtuais e físicas existentes em Datacenter do Prestador atual, para a nova infraestrutura.

NOTA: Os concorrentes são obrigados a apresentar para os pontos a) a i) supra, soluções redundantes de modo que sejam tolerantes a falhas.

As especificidades destas necessidades são descritas em baixo.

1. Requisitos para a solução de "Housing"

O Cocontratante objeto do presente procedimento, assume:

- A responsabilidade pelo fornecimento, instalação e gestão dos equipamentos ativos de rede LAN/ethernet destinados à interligação dos servidores;
- Responsabilidade pelo fornecimento de energia ininterrupta;
- Aluguer de **dois (2)** Bastidores de 42U, com as dimensões (largura 60 cm, profundidade 100 cm), com pelo menos 2 PDU's de 32A cada um. Os bastidores têm de ter fecho físico, uma das chaves ficará em envelope lacrado à guarda da segurança do Datacenter, a segunda será entregue aos responsáveis da CMC;
- Fornecimento e instalação, a pedido, de até o máximo de 5 prateleiras, para montagem nestes bastidores;
- Fornecimento de energia com circuitos redundantes de 32A;
- Pontos de rede Ethernet nos bastidores (10/100/1000/10000) – Mínimo 60;
- Pontos de rede Fibra Ótica nos bastidores (10000/25000) – Mínimo 30;
- O Datacenter dispor de controlo de acessos físicos monitorizados 24x7x365;
- O Datacenter deve ter os requisitos equivalentes a classe TIER 2 ou superior;
- Dispor de Serviços Técnicos em regime 24x7x365 para suporte a pedido pontuais elementares de operação, aos equipamentos físicos da CMC (desligar ou ligar o equipamento físico de forma direta, verificar se o equipamento não ligou devido a erros de arranque do mesmo, etc.), que só podem ser efetuados localmente no Datacenter;
- O acesso aos bastidores da CMC no Data Center terá de ser previamente autorizado pela CMC através do envio de uma lista de técnicos autorizados para o efeito, tendo que ser igualmente comunicado à segurança do Datacenter, para que estes forneçam das chaves. Os membros desta lista não poderão ser contemplados para outros tipos de pedidos ou serviços.

Caracteriza-se na tabela infra os consumos descritos nos equipamentos que inicialmente se pretende migrar, sendo os únicos valores que são possíveis disponibilizar para o efeito como estimativos:

Equipamento	Marca	S/N	Power (W)	Nº de Power Suplies/Tipo
SRVCSCSIG01	DELL R410	DLLV75J	200	2
SRVCCTMG02	DELL R410	DCH3H4J	200	2
KVM				1
NAS-SSA 1	NAS SUPERSTORE RXB2212	BFE198D	2400	2
NAS qnap	NAS QNAP	Q133I15565	500	2
DSTIadmin2014	Dell PowerEdge 1950	7SL0X2J	200	2

NAS - QNAP	NAS QNAP	q222c01303	300	2
NAS - QNAP	NAS QNAP	q222c01303	300	2
Cluster Nutanix	Nutanix	N/A	2x 2000	2
Cluster Nutanix	Nutanix	N/A	2x 2000	2
Cluster Nutanix	Nutanix	N/A	2x 2000	2
Cluster Nutanix	Nutanix	N/A	2x 2000	2
Cluster Nutanix	Nutanix	N/A	2x 2000	2

2. Requisitos para infraestrutura de virtualização "Hosting"

O Cocontratante que prestar os serviços objeto do presente procedimento, assume que:

- Fará a gestão dos recursos base de suporte aos servidores virtuais, disponibilizando uma plataforma web (via browser), com múltiplo fator de autenticação (MFA);
- Disponibilizará acesso remoto, "tipo consola" ao sistema operativo das VMs (servidores virtuais) para gestão das mesmas em caso de falha (ex.: perda de acesso via RDP);
- Prestará serviços de importação das VMs já existentes na CMC, ou disponibilizadas pela autarquia, em tecnologia VMWare, Microsoft HyperV, Nutanix, ou outra, para os sistemas operativos Microsoft Windows e Linux, em plataformas de 32 e 64 bits, de armazenamento externo;
- Por solicitação da CMC, prestará serviços de exportação de VMs (em formato OVA) existentes na plataforma tecnologia que vier a propor (VMWare, Microsoft HyperV, Nutanix, ou outra), dos sistemas operativos Microsoft Windows e Linux (plataformas de 32 e 64 bits), para armazenamento externo a disponibilizar pela CMC, interligado com a plataforma de virtualização;
- Prestará serviços de monitorização do desempenho e funcionamento, dos servidores virtuais até ao máximo de 200 servidores;
- Disponibilizará os seguintes recursos estimados para os recursos virtuais:

Tipo	ANO 1 Quantidades totais anuais
vCPU	768
vRAM	2304 GB
Discos RAID 5 com velocidade 15K RPM	30 TB
DISCO RAID 5 SSD	50 TB
Discos RAID 5 com velocidade 7,2K RPM ou superior	60 TB

- g) Possibilitará a alocação de qualquer dos recursos de CPU, memória e disco, acima mencionados, têm de permitir combinações por escolha da equipa de gestão da CMC, sem limite no número de máquinas virtuais;
- h) Possibilitará a criação até 20 servidores com discos de até um máximo de 900GB num disco/LUN únicos (ou seja, um disco único, não pode ser a ligação de vários discos realizado através de sistema operativo do servidor ou qualquer software a instalar no servidor) tendo o somatório total de discos apresentados a um servidor deste tipo no máximo de 12TB;
- i) Possibilitará a criação de servidores virtuais Microsoft Windows, com base nos recursos colocados à disposição (*templates* pré-definidos), incluindo, obrigatoriamente, o respetivo licenciamento de sistema operativo, independentemente do número de servidores virtuais criados pela CMC;
- j) Possibilitará que nos servidores virtuais a implementar na plataforma, se possa configurar no mínimo 3 placas de rede por VM;
- k) Garante a realização de *backups* de "*snap-shots*" diários a todas as máquinas existentes na plataforma (com até 1TB de disco), implementando uma retenção, no mínimo de sete dias;
- l) Existindo um pedido da CMC e a necessidade operacional, as máquinas virtuais a definir sejam alocadas a um host, sem possibilidade de migração automática em tempo real (Vmotion).

3. Requisitos de Comunicações, Redes e Interligações

O Cocontratante, prestador dos serviços objeto do presente procedimento, assume que disponibilizará os seguintes recursos de rede:

a) VLANs

- i) 15 VLANs físicas para serviço de *Housing*;
- ii) 40 VLANs virtuais para servidores virtuais;
- iii) 10 VLANs mistas (física / virtual);
- iv) 10 VLANs de interligação ao exterior do Datacenter (*Housing*/servidores virtuais);
- v) Possibilidade de comunicação entre as VLANs acima descritas, de acordo com regras definidas pela CMC.

b) Requisitos de ligação à internet

- i) Todos os sistemas a colocar no Datacenter (*Housing*, virtualização), possam ter acesso direto à internet através de uma ou mais das VLANs de interligação descritas no ponto anterior;
- ii) Disponibilização de dois (2) links de acesso à internet com as seguintes características:
 - (1) Velocidade de acesso dos links de internet terá de ser no mínimo de 5 Gb/s, simétrico com possibilidade de expandir até 10 Gb/s, caso necessário, sem custos adicionais;
 - (2) 80 endereços IP públicos; onde:
 - (i) 74 endereços públicos associados ao primeiro link de internet.

- (ii) 6 endereços públicos associados ao segundo link de internet.
- (iii) Os eventuais equipamentos necessários para estas ligações, são da responsabilidade do Cocontratante, sendo disponibilizados e geridos por este, sendo que estes equipamentos terão de suportar as velocidades acima referidas em termos de portas de rede e *throughput*.

c) Ligações à CMC

- i) Garantia da interligação do Datacenter do Cocontratante ao Polo Técnico (Datacenter) da CMC garantindo duas ligações redundantes de circuitos dedicados (P-2-P):
 - (1) Uma ligação para utilização geral, sendo que o circuito primário deverá ser simétrico a 5 Gbps e o redundante (backup) no mínimo a 1 Gbps;
 - (2) Uma ligação para utilização de dados diferenciados, sendo que o circuito primário deverá ser simétrico a 5 Gbps e o redundante (backup) no mínimo a 1 Gbps;
 - (3) Os eventuais equipamentos necessários para estas ligações, são da responsabilidade do Cocontratante, sendo disponibilizados e geridos por este, sendo que estes equipamentos terão de suportar as velocidades acima referidas em termos de portas de rede e *throughput*.
 - (4) O Cocontratante obriga-se a disponibilizar a ligação descrita em (1) no máximo em um mês de calendário. A segunda (2), deverá nunca exceder dois meses, ambas desde a data de assinatura do contrato. Estas ligações que chegarão ao Polo Técnico (Datacenter) da CMC, no Cascais Center, são obrigatoriamente redundantes em caminhos e POP's do Cocontratante.
- ii) Durante o período de vigência do contrato, a CMC pode solicitar uma mudança de local (dentro do concelho de Cascais), o que implicará a passagem destas duas ligações para o novo local. O Cocontratante efetuará estas alterações, não incorrendo a CMC em quaisquer encargos adicionais, com estas mudanças;
- iii) A localização atual do Data Center da CMC sita no Edifício Cascais Center, Rua Manuel Joaquim de Avelar em Cascais;
- iv) As ligações previstas no presente ponto têm de utilizar caminhos diferentes até ao ponto de chegada, sendo que a origem de fornecimento de serviços também terá de ser distinta, com a disponibilização de diagrama da solução a implementar;
- v) A solução a implementar pelo Cocontratante, terá de disponibilizar:
 - (1) um "failover" automático (sem *delays*) em caso de falha, entre o circuito primário e o *backup*;
 - (2) Uma solução de gestão de largura de banda e *traffic shaping*, com a definição de políticas de qualidade de serviço globais (QoS), monitorização e priorização de tráfego. A tecnologia a implementar para esta solução, deverá ter um

mecanismo automático de bypass, em caso de falha, para que não exista qualquer tipo de interrupção de serviço;

- (3) Um portal que possibilite à CMC, visualizar e monitorizar o estado de cada um dos circuitos, nomeadamente taxas de ocupação, *jitter*, *delay*, velocidade, estado das portas dos *routers* e outros indicadores que permitam avaliar o estado das ligações.

4. Segurança de perímetro (interno e externo)

O Cocontratante objeto do presente procedimento, assume disponibilizar dois sistemas de segurança de perímetro (firewall), totalmente independentes e de fabricantes/tecnologias distintas:

- a) Terá de ser contemplado obrigatoriamente um sistema alocado à segurança corporativa (interno) para separação das redes internas, através da utilização de VLANs (redes virtuais e físicas), incluindo a ligação ao Polo Técnico da (Datacenter) da CMC, no Cascais Center:
 - i) Firewall CISCO ASA, ou equivalente;
 - ii) A firewall tem de suportar todo o tráfego entre servidores e também entre clientes e servidores com capacidade de processamento de tráfego no mínimo de 10 Gbps, ou superior, por cada interface em uso, incluindo as ligações do Polo Técnico da (Datacenter) da CMC.
- b) Contemplar obrigatoriamente um segundo sistema alocado à segurança de perímetro externo (DMZ), onde terão de estar as VLANs da DMZ (redes virtuais e físicas), a ligação à Internet e uma ligação à segurança corporativa (firewall interna) possibilitando a integração com servidores (físicos e virtuais):
 - i) Firewall Check Point ou equivalente;
 - ii) Suportar todo o tráfego entre servidores e também entre clientes e servidores com capacidade de processamento de tráfego, no mínimo de 10 Gbps ou superior, por cada interface em uso;
 - iii) Suportar a ligação de Internet, no mínimo de 10 Gbps, ou superior;
 - iv) Suporte no mínimo de 60 VPNs Site-to-Site com compatibilidade de ligações às VPN's dos prestadores de Cloud Pública (Ex: Microsoft AZURE);
 - v) Suporte no mínimo de 25 VPN *Client-to-Site*;
- c) Disponibilizar obrigatoriamente consolas de gestão das duas soluções, para a equipa de redes da CMC;
- d) As duas soluções de Firewall, terão obrigatoriamente de estar configuradas em cluster para tolerância a falhas (alta disponibilidade), incluindo as consolas de gestão;

- e) A instalação, configuração e colocação em produção, inicial (*Setup*), assim como, todas as atualizações e manutenção das duas soluções (clusters de Firewalls), são obrigatoriamente da responsabilidade do Cocontratante;
- f) Os backups das configurações, incluindo regras e políticas de segurança, têm de ser no mínimo semanais e com um período de retenção de 3 meses, e serão obrigatoriamente da responsabilidade do Cocontratante;
- g) Terá de ser implementada e disponibilizada obrigatoriamente, uma solução de análise e correlação de logs das duas soluções de firewall, no modelo que o Cocontratante escolher, dando origem a incidentes de segurança que têm de ser tratados pelo Cocontratante, e comunicados à CMC, no máximo 1 hora após a sua deteção;
 - i) Terá de ser fornecido à CMC acesso à plataforma, para análise da informação;
 - ii) O software/solução a utilizar pelo Cocontratante, tem de permitir à CMC proceder à análise/pesquisa de informação (eventos, logs, outros) da solução de segurança implementada.

NOTA: O Cocontratante poderá incluir esta solução numa sua estrutura de SOC (Security Operation Center), obrigando-se neste caso a implementar uma instância para a CMC, que abranja as infraestruturas e soluções objeto do presente procedimento.

- h) Todas as soluções (Firewalls) disponibilizadas têm de poder enviar logs para software a definir pelo cliente desde que compatível com as soluções (Firewalls) instaladas;
- i) Caso as soluções (Firewalls) propostas não sejam dos fabricantes Cisco ou Check Point, e assentem em soluções equivalentes, o Cocontratante terá de fornecer e garantir um plano de formação avançado de administração e gestão das plataformas, no início do serviço, para os elementos a designar pela CMC;
- j) O Cocontratante nas soluções deve incluir no mínimo os seguintes módulos: 1) *Url filtering / Web Flitering*; 2) *Application Control*; 3) *Anti-Bot & Domain Reputation*; 4) *Antivirus, Identity Awreness* (com ligação à Microsoft AD da CMC); e 5) *IDS/IPS*;
- k) Obrigatoriamente, o Cocontratante disponibilizará uma plataforma de *reporting* das soluções apresentadas em cima, ou acesso a uma;
- l) Em concordância e complemento da alínea g) anterior, o Cocontratante deve obrigatoriamente disponibilizar um serviço de SOC, com:
 - a. Equipa de supervisão e monitorização de eventos de segurança com serviço 24x7x365;
 - b. Plataformas tipo SIEM (*Security Information and Event Management*) ou equivalentes, que permitam pelo menos as seguintes macro funcionalidades: 1) alarmística; 2) resposta a incidentes; 3) correlação de eventos; 4) e relatórios;
 - c. Serviço de deteção proactiva e reativa de ataques com atuação no máximo em duas horas;

- d. O Cocontratante poderá apresentar outras ferramentas que identifique como necessárias e úteis para a prestação do serviço, e que beneficiem a CMC, mantendo a autarquia segura.

5. Segurança e Privacidade de dados

Para a gestão da segurança e privacidade, o Cocontratante terá de obedecer a três princípios básicos:

- a) Confidencialidade:
 - i) Garantir a confidencialidade das informações obtidas pelos seus colaboradores no âmbito da negociação e implementação da solução que tenham sido fornecidas pelo Cliente, exceto se estas forem já do seu conhecimento ou do conhecimento público;
 - ii) Assegurar que a informação somente pode ser acedida por pessoas explicitamente autorizadas;
- b) Disponibilidade: A informação terá de estar disponível no momento em que a mesma for necessária;
- c) Integridade: A informação terá de ser recuperada em sua forma original (no momento em que foi armazenada), assegurando a Proteção dos dados ou informações contra modificações intencionais ou acidentais não autorizadas.

6. Isolamento de redes

A infraestrutura de *networking*, mais especificamente as redes VLANs físicas e virtuais, disponibilizadas à CMC, terão de estar seguras e isoladas das redes dos restantes clientes do Cocontratante (rede dedicada), com exceção das ligações à internet.

7. Cópias de Segurança

O Cocontratante objeto do presente procedimento, assume que:

- a) O serviço de cópias é gerido e mantido na totalidade por si, relativamente às plataformas virtuais (*backup/snap-shots*);
- b) Garante a existência de *snap-shots* diários a todas as máquinas virtuais com retenção, no mínimo, de sete dias;
- c) O serviço de backups (*snap-shots*) não pode causar indisponibilidade ou qualquer perturbação no desempenho dos servidores virtuais ou da infraestrutura tecnológica disponibilizada à CMC;
- d) O tempo de resposta para um *restore* de um servidor virtual não poderá ultrapassar as 4 horas após pedido endereçado pelos responsáveis da CMC. A CMC reconhece que este tempo dependerá obviamente do tamanho do servidor a ser reposto;

- e) Efetuará *Backups* das configurações dos equipamentos de segurança (incluindo regras e políticas de segurança), no mínimo uma vez por semana e com um período de retenção de 3 meses;
- f) Efetua Backups diários dos dados (logs, outros) das duas soluções de segurança, com um período de retenção de 3 meses;
- g) Realização e estabilização do *restore* de uma configuração (incluindo regras ou política de segurança) de um equipamento de segurança não poderá ultrapassar as 2 horas após pedido da CMC.

8. Alojamento de DNS público

O Cocontratante objeto do presente procedimento, assume que:

- a) Disponibilizará e realizará serviços de DNS Públicos para **40 domínios** pertencentes à CMC;
- b) Efetuará toda configuração inicial a manutenção do DNS, mas será a CMC a realizar a gestão;
- c) Disponibiliza à CMC a capacidade de registar novos domínios, de vários tipos (Ex: *.pt, *.eu, *.com, *.org, etc), em plataforma a disponibilizar pelo Cocontratante.

9. Serviços de Gestão da Solução (sistemas)

O Cocontratante objeto do presente procedimento, assume que:

- a) Será da exclusiva responsabilidade da CMC, a administração de sistemas, incluindo privilégios de acesso aos conteúdos dos servidores alojados;
- b) Será da exclusiva responsabilidade da CMC, a gestão e manutenção dos equipamentos alojados nos bastidores de *Housing*⁽¹⁾;
- c) As equipas da CMC, são responsáveis, pelo controlo das regras e políticas de segurança nos equipamentos/soluções de segurança (Firewall);
- d) Qualquer intervenção que possa causar interrupção de serviço, terá sempre de ser comunicada à CMC, num período mínimo de 5 dias úteis.

O Cocontratante terá de disponibilizar obrigatoriamente, uma Plataforma Web com as seguintes ferramentas de gestão:

- a) Possibilitar administrar todo o parque de servidores virtuais nas seguintes ações:
 - i. Criar ou remover servidor/VM;
 - ii. Alterar recursos (processamento, memória, disco, *hostname*, rede, etc.);
 - iii. Clonar servidor/VM – permite duplicar um servidor;
 - iv. Criar cópias de segurança à imagem do servidor/VM;
 - v. Recuperar servidor/VM a partir de uma cópia de segurança;

⁽¹⁾ Com exceção das intervenções pontuais a pedido da CMC, para visualização do estado dos equipamentos nos bastidores. Assim como desligar e ligar equipamentos.

- vi. Acesso “tipo consola” ao Sistema Operativo das VMs para gestão das mesmas em caso de falhas diversas (ex.: perda de acesso via RDP);
- b) Disponibilizar Templates (sistema operativo pré-definido + recursos mínimos) para criação de servidores/VMs:
 - i. Sistemas Operativos Windows e Linux (Incluído CentOS e Ubuntu).
 - ii. Disponibilizar templates de novas versões de Sistemas Operativos Microsoft Server no prazo máximo de 90 dias após o lançamento por parte da Microsoft.
 - iii. Permitir criação imagem / template de SO customizada;
 - iv. No caso de sistemas operativos Windows o Cocontratante terá de obrigatoriamente responsabilizar-se pelo seu respetivo licenciamento.
- c) Monitorizar o estado dos servidores virtuais e alarmística, sendo que a CMC tem de ser alertada no máximo de 4 horas após a falha ocorrer;
- d) Monitorizar todos os recursos disponíveis nos servidores virtuais (capacidade alocada vs disponível vs utilizada);
- e) Monitorizar todas as intervenções realizadas sobre qualquer recurso virtual;
- f) Permitir acesso à plataforma web com diferentes perfis (Full ADMIN, VM ADMIN, etc.);
- g) Emitir relatórios mensais de todos os eventos relevantes de segurança relacionados com os acessos à infraestrutura;

10. Suporte técnico e Pedidos de Serviço

O Cocontratante objeto do presente procedimento, assume que:

- a) A totalidade dos pedidos de intervenção fora do horário 08H – 18H e fins de semana (ex.: Pedido de *Backup* VM, Pedido de *Restore* VM), ou seja, não decorrente de avaria ou erro, será realizado ao abrigo de: Bolsa de horas de 60 horas / ano;
- b) Os SLA's para pedidos de serviço como criação de rede, *routing*, atribuição de placas de rede a servidores, etc, será de: 3 dias úteis;
- c) O suporte técnico de todo o serviço 24x7x365, será realizado com a atribuição de gestor dedicado;
- d) A equipa de gestor(es) técnico(s) a designar terão de deter as seguintes competências global da equipa:
 - i) Certificação ITIL Foundations V3;
 - ii) Formação académica superior, profissional e experiência (SI/TI, Redes e Telecomunicações, SOC);
 - iii) Conhecimento das soluções a instalar para o cliente;
 - iv) Ponto de contacto para escalamento de prioridades, de forma a priorizar a resolução de incidentes e de pedidos de serviço/alteração das configurações existentes;

- v) Identificar eventuais constrangimentos e colaborar na identificação de melhorias operacionais e de serviço;
 - vi) Terá de existir pelo menos uma reunião no cliente por mês para aferição de níveis de serviço (SLA's) e penalidades aplicáveis;
 - vii) Disponibilizará, na fase de apresentação das propostas (como concorrente), conforme solicitado no ponto 7, alínea d), do programa do presente procedimento, o curriculum *vitae* de toda a equipa de gestão de projeto;
 - viii) Como adjudicatário, apresentará os Curriculum vitae (CV) da(s) equipa(s), envolvida(s) na prestação dos Serviços de Gestão Operacional (Gestão, Operação, Suporte e Manutenção), incluídos no âmbito contrato;
- e) Os pedidos de intervenção têm de ser previamente autorizados pela CMC, devendo, para o efeito, o Cocontratante, remeter uma lista de técnicos autorizados para o efeito. Os membros desta lista não poderão ser contemplados para outros tipos de pedidos, serviços ou acessos.

11. Qualidade de Serviço Geral (SLA)

- a) Como indicado na Cláusula 16ª do presente documento (penalidades para o Cocontratante, por incumprimento na gestão dos serviços, e para a indisponibilidade das plataformas/soluções). O Cocontratante terá também de observar obrigatoriamente os seguintes indicadores para a prestação dos seus serviços, tendo em atenção a qualidade dos níveis de serviço a cumprir:
- i) Para os serviços "*Housing*" – 99,95%
 - ii) Para os serviços de "*hosting*"/servidores virtuais - 99,95%
 - iii) Para redes e interligações internas, no Datacenter e no acesso à Internet - 99,95%
 - iv) Para as comunicações, ligações dedicadas ao CPD da CMC. - 99,95%
 - v) Para os serviços e soluções/equipamentos de segurança- 99,95%
- b) O Cocontratante envia por via eletrónica para a CMC e com periodicidade mensal, relatórios demonstrativos do cumprimento dos SLA's e dos Indicadores de Desempenho. A CMC sempre que identifique como necessário, poderá solicitar ao Cocontratante a realização de reuniões para esclarecimento e discussão dos relatórios apresentados, ou dos serviços prestados.

12. Processo de Migração

O atual ambiente de virtualização da CMC assenta em tecnologia VMWare disponibilizado via serviço Cloud Privada, por um Prestador Nacional. A CMC apenas dispõe de acesso aos serviços, através de consolas Web conforme indicado na Cláusula 26ª, ponto 2 ponto "2. Requisitos para infraestrutura de virtualização "*Hosting*" do presente CE.

Para o processo de migração o Cocontratante terá de assegurar a alocação de recursos próprios, especializados e certificados na tecnologia de virtualização proposta por si, para execução dos seguintes processos:

- a) Migração de todas as VM's (aproximadamente 150), com tecnologia Windows Server da CMC;
- b) Migração de todas as VM's (aproximadamente 15), com tecnologia Linux da CMC;
- c) Migração de todos os servidores de Base de Dados, com as seguintes tecnologias:
 - i) (aproximadamente 7) Servidores Microsoft SQL;
 - ii) (aproximadamente 5) Servidores MySQL;
 - iii) (aproximadamente 5) Servidores IBM Informix;
- d) Licenciamento dos sistemas operativos Windows Server migrados.
- e) A totalidade dos sistemas virtuais a migrar têm um volume de dados de cerca de 55 TB;
- f) Os servidores a migrar contêm aplicações que utilizam as tecnologias em baixo listadas, pelo que o Cocontratante terá de garantir os recursos técnicos especializados necessários para suportar aquelas soluções;
- g) Tecnologias utilizadas:
 - i) Microsoft Windows Server;
 - ii) Microsoft SQL Server;
 - iii) Microsoft Sharepoint;
 - iv) Microsoft IIS;
 - v) IBM Informix;
 - vi) Linux Ubuntu;
 - vii) Linux CentOS;
 - viii) Drupal para Linux;
 - ix) MySql para Linux;
 - x) Firewalls disponibilizadas;
 - xi) Networking disponibilizado;
 - xii) IPS.
- h) Recursos humanos para o processo de migração
 - i) Disponibilizar os *Curriculum Vitae* de técnicos habilitados e certificados para as seguintes tecnologias:
 - (1) Microsoft Windows Server;
 - (2) Microsoft SQL Server;
 - (3) Microsoft Sharepoint;
 - (4) Microsoft IIS;
 - (5) Firewalls a utilizar;
 - (6) Networking a utilizar;
 - (7) IPS a utilizar;

(8) Sistemas de Virtualização disponibilizados pelo Cocontratante.

- ii) Serão excluídos os concorrentes que não apresentarem a totalidade destes recursos.
- i) Os custos associados ao processo de migração são da responsabilidade do Cocontratante, para os novos serviços de Datacenter (*Housing, Hosting* e Serviços complementares);
- j) Os custos associados à migração das diversas soluções aplicacionais residentes na atual solução de Datacenter serão da responsabilidade do Cocontratante. Para tal é listada a totalidade dos parceiros da CMC com serviços aplicacionais instalados, para um eventual contato e identificação dos processos/custos necessários à migração.

Parceiros	Aplicações ou serviços
Airc	Gestão autárquica
Medidata	Gestão financeira
Mind	Xarq Prisma Epaper
Link	Gestão documental
Datelka	Controle de acessos Controle de assiduidade
Cave Digital	Portal do Executivo Porta da Assembleia Municipal
Infracontrol	Serviços VPN
Javali	Site CMC internet
Innowave	Sites associativismo
Microio	Gestão de refeições escolares
CGI	GeoCascais
RHPRO	Canto Cumulus
Project Time	INNUX
AMA	Serviços VPN
Bright Partners	Gestão de Projetos
Sistemas de Futuro	InArte InPatrimonium InWeb
Novabase	Taxas Municipais
Sysnovar	Serviços VPN

- k) O Cocontratante obriga-se a efetuar a completa migração dos sistemas da CMC, no prazo máximo até **60 dias** após a data da publicitação do contrato decorrente do presente procedimento, sendo que, o início do objeto do presente procedimento ocorre após a migração, aqui referida, estar completa, **no máximo a 15 de maio**;
- l) Os custos inerentes a uma eventual extensão do serviço atual de aluguer de serviços em datacenter, por atraso da migração visada no ponto anterior, será única e exclusivamente da responsabilidade do Cocontratante objeto do presente procedimento.